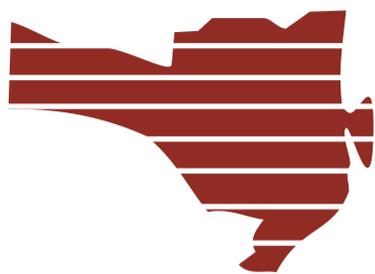


Desejamos a todas as famílias Feliz Natal e um Próspero Ano Novo

Jornal do

Filiado à **CUT** BRASIL



SINTESPE

Impresso Especial

68001455/04 - DR/SC
SINTESPE

CORREIOS

(48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina - Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Dez./2010

Nova Direção do SINTESPE buscará a unidade dos servidores

Tomaram posse no dia 19 de outubro os membros da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em reunião realizada na sede do SINTESPE, que contou com a presença da direção da CUT, dirigentes de vários sindicatos e representantes de parlamentares.

O presidente do SINTESPE em nome da nova direção agradeceu o apoio das lideranças sindicais que viabilizaram o processo em todas as regiões do Estado, afinal foram percorridos mais de 300 locais de trabalho. “Agora é tocar o Sindicato pensando em unir os servidores nas reivindicações que foram negadas nos 8 anos do governo da tríplice aliança. Há outras questões que envolvem os servidores de vários órgãos que não estão recebendo as promoções funcionais e o reajuste das gratificações conforme determina a legislação, que merecerão toda a atenção da nova direção. Além disso, temos de ser vigilantes, pois o governador eleito tem uma agenda de privatização que precisará ser combatida com a unidade da categoria. O novo governo nem assumiu e já vem alardeando o comprometimento da folha de pagamento, privatização de setores controlado pelo Deter, tercerização na Saúde com transferência da gestão para Organizações Sociais privadas”, completa Antônio Battisti.

A nova direção SINTESPE realizou sua primeira reunião, sendo reafirmados os compromissos assumidos de defesa do serviço público.



Foi definido que o SINTESPE se dirigirá as demais entidades sindicais, ligadas ao serviço público, visando colocar no centro das reivindicações a definição da data-base (política salarial de reajuste anual) e revisão do Plano de Cargos e Salários. Outra meta é realizar reuniões e contatos com os servidores em seus locais de trabalho. Representantes da nova Diretoria visitarão todos os locais de trabalho na Capital e em várias regiões do Estado, com o propósito de reforçar a unidade dos servidores e o fortalecimento do sindicato a partir da representação por local de trabalho. Do ponto de vista da nova direção do SINTESPE a continuidade da triplice aliança no governo de Santa Catarina obriga o reforço da capacidade reivindicatória da categoria.

DIRETORIA EXECUTIVA

	Número Foto	
PRESIDENTE	01	ANTONIO LUIZ BATTISTI
VICE - PRESIDENTE	02	MARIA CLAUDIA O. DOS SANTOS
SECRETARIO GERAL	03	MARIO ANTONIO DA SILVA
PRIMEIRO SECRETARIO	04	MARLETE A PARECIDA GONZAGA
DIRETOR DE FINANÇAS	05	MARIA ZILÁ PADILHA
DIR.ADJUNTO DE FINANÇAS	06	ANGELINA MARAFON
DIR. EST. SÓCIO ECONOMICO	07	CARLOS ROBERTO DA SILVA
DIR.ORG.RELAÇÕES SINDICAIS	08	WOLNEY ADILSON DA R. CHUCRE
DIR. FORMAÇÃO SINDICAL	09	ELIZETE REBELATTO LAGUNA
DIR.CULT. EVENTOS	10	VÂNIA LUCIA DA ROSA
DIR.ASSUNTOS JURIDICOS	11	MARIA DAS GRAÇAS B. SANTOS
DIR.COMUNICAÇÃO	12	MAURINO SILVA
DIR.SAUDE SEG. TRABALHO	13	SEBASTIÃO TEOTÔNIO AMORIM
Suplentes:		
1º	14	CÉSAR DE SOUZA LIMA
2º	15	ZENAIDE KNIHS FORMONTE
3º	16	CLAUDIONOR V. DA COSTA
4º	17	ALCIDES LUIZ DA SILVA
5º	18	OSCAR SCHMIDT
6º	19	PEDRO PAULO DE AGUIAR
7º	20	MARILEIA GOMES
8º	21	MOACIR RETORE
9º	22	JOANITA MEDEIROS DE O. GOMES
10º	23	PEDRO PAULO FERNANDES
11º	24	PATRICIA SCHNEIDER
12º	25	NORMA TERESINHA K. CUNHA
13º	26	MARTA REGINA AMBROSIO
Efetivo do Conselho Fiscal		
1º	27	SALETE LUCCA
2º	28	TERESINHA DE FÁTIMA M. NUNES
3º	29	THEREZINHA DE ALMEIDA
Suplentes do Conselho Fiscal		
1º	30	JANETH ANNE DE ALMEIDA
2º	31	CLECI TERESINHA DA SILVA ROSA
3º	32	BERNADETE LOIVA WERNER

Diretoria toma posse após Justiça negar acusações das chapas derrotadas!

Após seis meses de espera, que só atrapalharam a vida de nosso sindicato, finalmente a juíza do Trabalho, Tereza Regina Cotosky, julgou improcedentes as ações movidas pelos representantes das chapas 2 e 3 que foram derrotadas no primeiro e no segundo turno das eleições do SINTESPE. A juíza não encontrou qualquer tipo de indício de ilegalidade nas eleições realizadas em maio deste ano.

A decisão da Justiça não poderia ser diferente, já que o formato do edital, os prazos fixados, a composição da Comissão Eleitoral, as coletas e apurações dos votos dos servidores da ativa e dos aposentados seguiram integralmente o estatuto do Sindicato.

Esta foi a segunda eleição realizada com a mesma metodologia, sendo que a primeira ocorreu em maio de 2007, quando foi eleita a última diretoria executiva do SINTESPE, que tinha entre seus integrantes pessoas que desta vez decidiram dividir a direção, para compor as duas chapas derrotadas. Os autores das ações que tentavam anular a eleição deste ano foram eleitos há três anos, dentro dos mesmos critérios estatutários e nunca questionaram o processo ou pro-

puseram qualquer tipo de alteração no transcorrer de três anos de gestão. No entanto, nas eleições deste ano, porque lançaram duas chapas de oposição e perderam na base tentaram “virar a mesa” e ganhar no tapetão aquilo que não conseguiram com o voto dos servidores filiados.

E mais, os dois integrantes das chapas derrotadas, autores das ações que buscavam anular as eleições do SINTESPE, constituíram o mesmo advogado, que é ocupante exclusivo de cargo comissionado do governo Luiz Henrique/Pavan, nomeado em cargo comissionado de Assistente da Defensoria da Ativa (DGS/FTG2) pelo Ato nº 953 de 7 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial nº 18.116 página 61.

O advogado integra o quadro de comissionados da Procuradoria Geral e desempenha suas atribuições jurídicas junto ao DEINFRA. Alguém poderia dizer de que lado ficou este Assessor Jurídico, quando em 25 de setembro de 2007 os servidores do DEINFRA realizaram uma manifestação na Capital contra o Ato 1.797 que estabelecia a transferência ou designação de 660 servidores da autarquia para prestar serviços sob o comando das Secretarias Regionais e poderiam perder

sua lotação no quadro do DEINFRA com perdas salariais irreparáveis?

Desrespeitosamente as chapas derrotadas tentaram anular o voto do servidor aposentado utilizando-se da Portaria 3437/74, editada em plena Ditadura Militar. Pediram ainda a aplicação da legislação de 1945 que permitia a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, ultrapassada pela liberdade de organização sindical prevista na Constituição Brasileira de 1988.

Visando um processo transparente e de completo esclarecimento da verdade, para que cessem as desconfianças que foram geradas entre os servidores, a nova diretoria do SINTESPE está disponibilizando no site www.sintespe.org.br/eleicao2010, os documentos que botam às claras os fatos e desmentem todas as calúnias e insinuações orquestradas para romper a unidade e a confiança dos servidores na sua organização sindical.

Durante o processo eleitoral do nosso sindicato, ficou evidente que as duas chapas derrotadas tentaram a todo custo responsabilizar a chapa 1, ligada a maioria da antiga direção, pela política de arrocho salarial e de desmonte do serviço público, encobrendo deste modo o verdadei-

ro responsável por tudo isso: o Governo da Tríplice Aliança.

Neste sentido, não é coincidência que certas estruturas da máquina do governo estadual se deram o direito, numa intervenção indevida, de interferir em nossas eleições em favor das chapas 2 ou 3. A prova maior disso está no envolvimento direto de um comissionado da Procuradoria atuando como advogado das chapas derrotadas para tentar anular as eleições.

A nova direção do SINTESPE foi eleita pregando a unidade dos servidores para lutar por suas reivindicações gerais e específicas. Nossos compromissos (plataforma) - amplamente distribuída nas eleições - será nosso guia para ação, reforçando fundamentalmente nosso trabalho de organização de base nos locais de trabalho.

O novo governo estadual que assume em janeiro de 2011 promete ser a continuidade política dos 8 anos da tríplice aliança. Isso nos obriga a reforçar os laços de organização do SINTESPE para defender os servidores e os serviços públicos, combatendo as privatizações, exigindo data-base e melhores salários.

1ª Turno



Comissão Eleitoral esclarece dúvidas dos membros das Chapas



Mesas composta paritariamente pelas 3 chapas



Emissora de tv acompanhou a apuração

2ª Turno



NOTA: Os representantes das Chapas 1, 2, 3 integraram com os mesmos números de membros as Comissões Coletoras e as Comissões Apuradoras de votos, inclusive com indicações dos mesmos números de fiscais. Nenhuma das chapas apresentou qualquer tipo de impugnação ou restrições quanto ao processo junto a Comissão Eleitoral, sendo que todas as três chapas assinaram os boletins de apuração dos votos. Todo o processo de apuração dos votos foi transmitido ao vivo pela internet.

REUNIÃO DA DIRETORIA

Nova direção discute conjuntura e ações imediatas

A nova direção do SINTESPE, em sua primeira reunião após a posse avaliou a conjuntura política para definir algumas estratégias de ação para o próximo ano. Para ajudar nesta tarefa foi apresentado um texto amplamente debatido pelos diretores.

Olhando o que se passa no mundo foi constatado que : “A crise do capitalismo, aberta em 2008 nos Estados Unidos, hoje atinge mais seriamente países da Europa como Grécia, Espanha, França, Alemanha, etc”. Esta realidade de cortes de serviços públicos, de ataques aos direitos, principalmente no que diz respeito as aposentadorias, é consequência da política dos governos terem entregues trilhões de dólares para “salvar bancos e empresas falidas pela especulação”. Hoje o peso da crise está sendo repassado para as costas dos trabalhadores e da juventude através das chamadas políticas de ajuste fiscal.

No que diz respeito ao Brasil neste cenário, se concluiu que os trabalhadores não aceitam privatizações e nem concordam em arcar com “austeridade fiscal” (cortes em gastos públicos), e a prova está na eleição de Dilma Roussef para a presidência do país. Sobre isso o texto de contribuição afirmava:

“Os trabalhadores não caíram nos argumentos (falsos!) de sempre de que medidas como ‘Austeridade fiscal’, ‘não gastar mais do que arrecada’, ‘controlar os gastos públicos’, ‘enfrentar o déficit da previdência’, ‘aumentar a taxa de juros para evitar a inflação’, etc., etc., etc., são importantes para melhorar a vida dos trabalhadores.

Ao contrário da propaganda privatista, a única parte em que o orçamento brasileiro é perdulário e gastador é quando se trata de remunerar os especuladores: nada menos que 2/3 do orça-

mento federal é destinado anualmente para pagar os juros e garantir a rolagem da dívida que é retro-alimentada pelas taxas de juros mais altas do mundo. Os patrões fazem propaganda contra a ‘carga tributária’, mas escondem que 2/3 de todos os impostos servem para alimentar a especulação financeira! (uma verdadeira reforma tributária deveria começar por aplicar o que está na Constituição, como a taxação das grandes fortunas)...

A defesa da soberania nacional e dos serviços públicos leva os servidores e todo o conjunto da classe trabalhadora a exigir do governo [Dilma] que rompa com essa política para poder atender às reivindicações populares!”

Todos os presentes concordaram de que de agora em diante é tarefa da direção do SINTESPE, da CUT, cobrar do governo de Dilma Roussef, do PT, medidas para melhorar os serviços públicos, defender os direitos dos servidores, inclusive revogando leis como a das Organizações Sociais (OSs) - adotada por FHC - que permite entregar para entidades privadas o controle gestor de unidades de saúde, como acontece hoje com o HEMOSC, o CEPON e no Hospital Infantil de Joinville.

Ainda sobre as Organizações Sociais, avaliou-se o anúncio do governador eleito, Raimundo Colombo, de transferir todos os hospitais públicos do estado para a iniciativa privada. A decisão é buscar uma ampla unidade com os demais servidores públicos estaduais (professores, saúde, etc) e com a população para lutar contra esta ofensiva privatizadora que o governo tem o objetivo de pôr em prática. Uma medida necessária é uma ampla campanha para que a Assembleia Legislativa revogue as leis estaduais que criaram as Organizações Sociais.



Plano de Ações

Ao final da discussão sobre a conjuntura ficou aprovado um plano inicial com as seguintes ações:

- Campanha pelo Porto Público em São Francisco. Caravana à Brasília, junto com os sindicatos de São Francisco e região, para reivindicar da Presidente Dilma o Porto como estatal.
- Campanha pela criação de uma data-base para os servidores estaduais articulada inicialmente com outros sindicatos cutistas no serviço público estadual.
- Campanha pela Revogação da Lei das OS's. Articular-se com o Fórum Nacional contra as OS's.

PL do Governo pretende reduzir o valor da hora-plantão

O governo do Estado enviou para Assembléia Legislativa Projeto de Lei Complementar nº 36, se aprovado irá trazer sérios prejuízos financeiros para os servidores que trabalham em turno de plantão noturno. O cálculo das horas-extras e noturnas são computadas com de 52 minutos para efeito de remuneração, conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores. Agora o governo pretende ampliar para 60 minutos.

Se aprovado vai prejudicar milhares de servidores que trabalham na área da Saúde, no Sistema Prisional e no Sistema de Atendimento aos Adolescentes Infratores, Porto de São Francis-

co, dentre outros. Na prática para um plantão de 8 horas o servidor irá perder uma hora e quatro minutos resultando em uma perda de 13,5% por hora extra ou hora plantão realizada.

A Direção do SINTESPE vem atuando junto aos deputados e nas Comissões para que o PLC 36 não seja votado. Deste já conclamamos os servidores que serão prejudicados a enviarem *e-mail* para os deputados estaduais exigindo a não aprovação, ou seja, que o projeto não seja votado já que trata de alteração do Estatuto dos Servidores em vigor desde 1985. Conheça os endereços dos parlamentares no site do SINTESPE.

Agentes Penitenciários e de Segurança Socioeducativo

Ação pela isonomia salarial

No dia 29/10, a nova Direção do SINTESPE ingressou com ação na Vara da Fazenda Pública da Capital, pleiteando o enquadramento dos ocupantes dos cargos de Agente Penitenciário ou de Segurança Socioeducativo, que não possuem diploma de Curso Superior, no Nível 2 da Tabela de Vencimentos do Anexo IV da LC nº 472/2009, e na referência de acordo com o tempo de serviço (Tabela de Conversão do Anexo III, nos termos do inciso II do Art. 6º, todos da LC nº 472/2009).

A intenção é que seja aplicado o princípio isonômico, garantindo o pagamento de vencimentos iguais aos servidores ocupantes dos mesmos cargos (Agente Penitenciário ou de Segurança Socioeducativo) que exercem as mesmas atividades laborais descritas,

respectivamente, nos Anexos II-A e II-B da LC nº 472/2009, uma vez que não há razão para permanecer a disparidade de vencimentos para servidores que exercem as mesmas tarefas diárias.

A referida ação é fruto de estudo da Assessoria Jurídica do SINTESPE, que reuniu fundamentos doutrinários e citou precedentes jurisprudenciais, capazes de convencer o Poder Judiciário a julgar procedente a Ação, acabando com a discriminação, baseada em escolaridade, promovida com a Implantação da LC nº 472/2009.

A ação também visa o pagamento das diferenças de vencimentos mais vantagens, decorrentes do enquadramento pleiteado, em parcelas vencidas e a vencer acrescidas de juros e correção monetária, na forma da lei;

OS's

Debate discute os prejuízos das Organizações Sociais para a sociedade

Não bastassem as iniciativas privatizadoras, o Governo Luiz Henrique tratou de transferir a gestão do HEMOSC, CEPON e do Hospital Infantil de Joinville para entidades privadas, o futuro governador, Raimundo Colombo, estabeleceu como meta transformar 11 hospitais estatais em “Organizações Sociais (Plano de governo apresentado no TRE-SC). A imprensa catarinense registrou que um dos nomes sondados para ocupar a pasta da Saúde é o do presidente da UNIMED. Se confirmado é o mesmo que “colocar a raposa a cuidar do galinheiro”.

Seguindo a mesma cartilha o presidente da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), tenta estimular prefeitos a transferir a gestão da saúde básica para OS's. No Congresso promovido pela FECAM no início deste mês, o presidente Saulo Sperotto, apresentou o modelo de privatização que José Serra e seus aliados tem implantado em São Paulo, através da transferência do controle da gestão do Sistema Público de Saúde para as Organizações Sociais. Não por acaso Saulo Sperotto (PSDB) na condição de prefeito de Caçador, encaminhou projeto de Lei à Câmara de Vereadores, para privatizar a saúde básica, que tem recebido o repúdio do movimento sindical e popular da região, sem autorização do Conselho Municipal de Saúde.

A reunião da Direção do SINTESPE aprofundou o debate sobre os malefícios desse processo que significa o maior ataque ao sistema de saúde pública de todos os tempos. A diretora suplente Janeth Anne de Almeida, que também preside o Conselho Municipal de Saúde de Caçador, demonstrou que o Conselho Nacional Saúde e o Ministério Público Federal tem combatido a Lei 9.637/1998. Explicou ainda que na entrega de unidades de serviços de saúde públicas à entidade civil, são repassados os bens móveis, recursos humanos e a garantia do repasse financeiro previsto anualmente no orçamento do setor da Saúde Pública.

A entidade privada que recebe de graça, via concurso de projetos, a unidade de saúde passa a ter autonomia para contratar pessoal sem concurso público, comprar sem licitação, fazer investimento no



Encontro para discutir as OS's aconteceu em São José e foi organizado pelo SINTESPE, SINTRAM com apoio de Sindicatos e UJAM

mercado financeiro, vender serviços para a iniciativa privada sem precisar investir em equipamentos e em instalações. “Estamos diante de um grande balcão de negócios que precisa ser combatido e desmontado. Precisamos impulsionar a criação de Fóruns em defesa da saúde pública em todos os cantos, buscar o apoio da CUT e do movimento popular cata-

rinense pela revogação da legislação nacional e estadual que abrem espaço para a privatização da gestão da saúde pública”, concluiu diretora do SINTESPE. Ao final da reunião foi deliberado que a direção do sindicato buscará o apoio de parlamentares para o ingresso de projeto visando a revogação da Lei Estadual das OS's.

Breve histórico das Organizações Sociais

A era do Governo FHC foi marcada pela venda do patrimônio público a preço de banana. Empresas públicas foram leiloadas ao preço de 3% do seu valor real como foi o caso da Vale do Rio Doce, e mesmo assim, com dinheiro financiado pelo BNDES. O Plano de Privatização preparado pelo então Ministério da Administração e Reforma do Estado, comandado por Bresser Pereira, orientava que todas as empresas públicas que atuavam no setor de infra-estrutura, sistema financeiro, correios, pesquisas, portos, etc deveriam ser transferidas para a iniciativa privada.

Naquele processo de entrega do patrimônio também estava incluído, pasmem, os setores comandados pelo Estado, como educação, saúde, cultura, produção de ciência e tecnologia, dentre outros, fundamentais para assegurar o desenvolvimento e a soberania nacional. Diante da impossibilidade de abrir licitação para vender um hospital ou uma

escola pública, trataram de criar a figura das Organizações Sociais (OS's) normatizada pela Lei nº 9.937/2008, que passariam a gerir os serviços públicos conhecidos como essenciais.

Como base nesta concepção foi aberta as portas para transferir serviços de saúde a entidades terceirizadas tais como cooperativas, associações, entidades filantrópicas, entidades civis de prestação de serviços, qualificadas como Organizações Sócios (OS's).

Desde então ocorreram inúmeras manifestações contrárias em razão dessas privatizações disfarçadas. Em alguns casos o Ministério Público apresentou ação civil pública contra este tipo de ataque a saúde pública. Entidades sindicais e parlamentares ingressaram com representações. Nacionalmente foi criado o Fórum em Defesa da Saúde Pública que luta pela revogação da Lei das OS's, juntamente com vários outros Fóruns de caráter estadual e municipal.